



Acordos Internacionais Lesivos ao Brasil

*Marcos Henrique Camillo Côrtes **

Resumo: Comentário crítico sobre os instrumentos internacionais criados pelas grandes potências, patrocinadores de alguns acordos lesivos aos interesses nacionais citados no artigo.¹

Palavras-chave: TNP (Tratado de Não-Proliferação), CLA (Centro de Lançamento de Alcântara), ONGs (Organizações Não-Governamentais), CPE (Centro de Poder Econômico), globalização, hegemonia norte-americana.

É claro que vários itens do tema serão tratados de forma muito sucinta, pela exigüidade do tempo, mas acho importante dar um pano de fundo da conjuntura internacional pós-1990 e fazer uma brevíssima atualização em função do 11 de setembro passado.

O primeiro ponto fundamental é essa mudança do fulcro dos objetivos estratégicos, porque, durante toda a Guerra Fria, havia uma distorção do que é normal no relacionamento internacional, ou seja, os dois blocos privilegiavam objetivos estratégicos político-militares, em detrimento de objetivos econômicos. Com o fim da Guerra Fria, se restabelece essa normalidade da primazia econômica.

* Embaixador.

1 Conferência proferida em 9 de outubro de 2001, no auditório do IGHMB, na Casa Histórica de Deodoro.

O segundo ponto é que, ao contrário da expectativa otimista pós-1990 de que não haveria mais guerras – até se pregava a abolição das Forças Armadas –, estamos assistindo a uma proliferação de conflitos armados.

O complicador islâmico: faço questão de me referir a isso hoje, aqui, porque esse tem sido um aspecto enfocado faz cinco anos. Então, isso demonstra que o complicador islâmico não é função do atentado terrorista a Nova York e Washington e sim da própria estrutura do Islamismo, da própria feição peculiar do Islamismo, em que não há separação entre Igreja e Estado. Isso para não falar na dimensão geográfica desse mundo islâmico, que não é unido, mas, pela sua própria dimensão, é um complicador em qualquer análise geopolítica ou geoestratégica.

A Terceira Revolução Industrial, como todos sabem, veio mudar, de forma radical, os parâmetros de aferição de poder nacional no relacionamento internacional.

Nova estrutura mundial de poder surgiu, com uma superpotência única, em termos militares, mas que, em termos econômicos, divide o poder mundial com dois outros centros – a União Européia e o Japão – que denomino de megapotências. Abaixo desses dois patamares existiria, ainda, em estado embrionário, o que eu denomino de potências ascendentes, uma concepção nova, em que não vou me deter aqui, porque não há tempo.

A dinâmica econômica mundial se caracteriza por alguns pontos fundamentais.

O primeiro é que, ao contrário da retórica de liberalização do comércio internacional, o que existe é um comércio gerenciado. Vale dizer, o que decide não são as normas do comércio internacional, consagradas em acordos ou na OMC, e sim o poder dos agentes desse comércio.

O segundo aspecto é a coincidência de interesses estratégicos das empresas globais e dos CPEs (Centros de Poder Econômico) onde elas têm a sua sede. O que acontece é que, durante a Guerra Fria, por aquela circunstância a que me referi, nem sempre havia essa coincidência. A partir de 1990, é quase constante, o que aumenta a virulência do processo de globalização.

A revolução em telecomunicações, logística, materiais sintéticos e informática, que está dentro daquele contexto da Terceira Revolução Industrial, aqui, especificamente, dá uma característica muito própria a essa dinâmica econômica.

Por último, os dois processos, globalização e regionalização, que não são antagônicos e sim complementares. Globalização, que é um tema que se ouve e se discute quase diariamente, às vezes em termos maniqueístas, para mim é algo muito simples. É um processo que decorre de um conjunto de políticas dos CPEs, visando a ampliar e aprofundar sua capacidade de conduzir – não de influir ou influenciar, mas de conduzir – o relacionamento internacional em todos os seus aspectos, não apenas no econômico, para atingir os seus ONPs.

Nesse elenco, que é uma visão norteamericana, não de Estado e sim empresarial, estão listados os requisitos para que qualquer país participe ativamente do processo de globalização. Acho útil porque, se fizermos um cotejo desses requisitos com a situação do Brasil atual, veremos que estamos muito mal posicionados para atuarmos de forma efetiva no processo da globalização.

Outro aspecto interessante é formado pelos riscos inerentes à liberalização/privatização, que é própria da globalização. Isso se aplica a qualquer Estado e, de novo, se cotejarmos o que está acontecendo no Brasil (mais adiante, vou especificamente me referir ao que aconteceu até agora no Brasil por essa privatização), vemos os riscos que estamos correndo, vários deles já concretizados.

A regionalização é o processo de formação de blocos econômicos regionais, visando, cada um com as suas características, a atingir melhores condições para competir no relacionamento econômico inter-

nacional, em alguns casos também buscando coordenação ou integração em outros aspectos da relação entre estados-nação. De forma muito esquemática, podemos classificar os blocos econômicos regionais por tipos: coordenadores econômico-comerciais – a *Asian Pacific Economic Cooperation*, a ALADI, o TAFTA (*Transatlantic Free Trade Area*), que ainda está na etapa de conversações entre o NAFTA e a União Européia; os comunitários econômico-comerciais – CER (*Close Economic Relations*), entre Austrália e Nova Zelândia, o Mercado Comum Centro-Americano, a Comunidade Andina; comunitários amplos – e aqui, entre aspas, a ALCSA (Área de Livre Comércio Sul-Americano) e a Área de Livre Comércio das Américas, que ainda são projetos; e, por último, integracionistas – o melhor exemplo é, sem dúvida, a União Européia. É o único que eu considero enquadrado nesse tipo.

Dentro desse panorama, quais são os desdobramentos geopolíticos e geoestratégicos que nos interessam?

Primeiramente, a atuação dos Centros de Poder Econômico. Os três CPEs têm como ponto focal o petróleo do Oriente Médio e seus grandes eixos de expansão (no sentido de expansão do poder nacional e não projeção por via militar, por via da força). No caso dos Estados Unidos, são o continente americano, toda a Ásia, incluindo o subcon-

tinente asiático, a Oceania e a África, esta, evidentemente, num patamar muito inferior. Para a União Européia, o principal eixo é na direção do Leste europeu, rumo ao coração da Ásia; em segundo lugar, América Latina; em terceiro, Sudeste Asiático e Oceania; em quarto, África, beneficiando-se dos laços remanescentes dos impérios coloniais europeus, inclusive Portugal. Para o Japão, são Ásia Setentrional, Ásia Oriental, Sudeste Asiático e o Subcontinente, Oceania e Pacífico Sul, e o Hemisfério americano. A África não tem qualquer interesse para o Japão.

São inevitáveis as rotas de colisão desses eixos de expansão.

Isto cria, conseqüentemente, janelas de oportunidade para países como o nosso, se souberem aproveitá-las.

Além desse quadro, que é sobretudo econômico-financeiro, alguns aspectos de caráter mais militar, como o processo de expansão – que os europeus preferem chamar de ampli-

ação – da OTAN. Ao contrário de acabar junto com o Pacto de Varsóvia, a OTAN não só perdura como está se ampliando, num processo em expansão contínua. A capacitação militar internacional da Alemanha já é aceita pela opinião pública alemã, que era o maior obstáculo. O Parlamento alemão já autorizou, por duas vezes, o envio de tropas para atuar militarmente fora do território da OTAN, não só da Alemanha. Outro aspecto a observar é a criação da Força Européia, que é da União Euro-

*Os três CPEs
têm como ponto focal
o petróleo do
Oriente Médio e seus
grandes eixos de
expansão – no sentido
de expansão do poder
nacional e não
projeção por via militar,
por via da força.*

péia, não da OTAN, com o objetivo de contar com 100 mil homens no ano de 2003.

Vejam a legitimação das Forças Armadas do Japão. O Japão possui o segundo orçamento militar do mundo, mas ainda está obrigado a esse eufemismo de chamar suas forças armadas de “forças de autodefesa”. Na verdade, só para dar um exemplo da disparidade com outros exércitos, marinhas e aeronáuticas pelo mundo afora, a Guarda Costeira do Japão tem 100 aeronaves P-3 *Orion*. E isso é apenas a Guarda Costeira; não é nem a Força de Auto-defesa Naval. E agora, nesse episódio do Afeganistão, os japoneses já enviaram, a título de ajuda humanitária, 150 militares e algumas unidades de sua Força de Auto-defesa Naval. Não é uma operação de guerra, mas são militares japoneses que estão se deslocando – já chegaram ao Paquistão – fora do limite territorial japonês.

E, por fim, a continuada presença maciça pelo mundo das Forças Armadas dos Estados Unidos. Acabou a Guerra Fria, não há nenhuma ameaça militar aos Estados Unidos, e essa presença se mantém. Especialmente na região Ásia-Pacífico. Não estou falando do que está acontecendo agora. Isso é anterior ao 11 de setembro. Nesse contexto, faço uma brevíssima referência à Revolução em Assuntos Militares (RAM) e ao Pós-Modernismo Militar (PMM).

O que é para mim muito interessante, no contexto geopolítico e geoestratégico, são as conceituações “doutrinárias” da RAM – ainda entre aspas porque não estão inteiramente consagradas – nos CPEs e em outros países tecnificados. As duas primeiras –

defesa e dissuasão – não apresentam grande diferença. A terceira, gerenciamento de crise, sim, porque nessa conceituação criaram-se vários cenários – engajamento preventivo, intervenção humanitária, manutenção e construção e/ou imposição de paz, que servem de pretexto para qualquer ação militar, com absoluto desprezo pelas normas do Direito Internacional. Essas concepções pós-modernas de defesa, tratando de conflitos subnacionais – aqui cabe narcotráfico, terrorismo, agressão ao meio ambiente, tudo combinado com causas nobres e novidades jurídicas e diplomáticas – levam a uma tendência para impor o intervencionismo como modo normal e legítimo de atuação internacional.

Para que se tenha uma idéia de conjunto, observe-se que, durante a Guerra Fria, na Era Industrial, os países centrais e seus aliados tinham enormes preocupações com a segurança internacional e, relativamente, escassas com questões econômicas e sociais, enquanto que os periféricos tinham uma proporção quase exatamente inversa. Surgiram, então, três grandes fatores: a Terceira Revolução Industrial, o fim da Guerra Fria e a Globalização, que nos levam a um pós-1990, à Era da Informação. No caso dos tecnificados, há pouca preocupação com segurança internacional e grandes preocupações econômico-sociais, nos seus países. Para os semidesenvolvidos, aumentaram enormemente as preocupações com a segurança internacional e também com as questões econômico-sociais.

Façamos aqui uma breve atualização, a partir dos atentados terroristas de 11 de setembro. É curioso que, quando aconte-

ce algo assim, aparentemente fantástico, surgem logo frases que procuram caracterizar isso como uma mudança radical. Hegel, após a vitória napoleônica em Iena, em 1806, disse que era o fim da História. Com a derrubada do Muro de Berlim, Fukuyama, sem ter a delicadeza de citar o autor da frase, disse que era o fim da História, e escreveu um livro com esse título. Tudo bem, Hegel já morreu, não pode processá-lo. E agora, quando os ataques terroristas foram desfechados em Nova York e Washington, muita gente falou que o mundo mudou. Ora, na realidade, o que mudou? Primeiro, maior desenvoltura no comportamento internacional dos EUA, que, se já não faziam muita cerimônia com o uso da força, agora fazem menos ainda. Segundo, melhores condições para a ampliação militar da União Européia, sobretudo da Alemanha, mas não só, e do Japão. Nesse aspecto, aliás, é interessante observar como o primeiro-ministro inglês moveu-se com muita rapidez e com muita inteligência, aderindo totalmente aos EUA, daí auferindo benefícios tecnológicos, tecnologia militar de ponta, e com isso melhorando a sua posição negociadora dentro da União Européia, que é basicamente dominada pela Alemanha e, em segundo lugar, pela França.

Houve maior explicitação do uso efetivo do poder. Recentemente, o presidente dos Estados Unidos mandou uma carta para a ONU que equivale a dizer: “Olha, tudo bem, eu já estou batendo aqui no Afeganistão, mas vou avisar que vou bater em ou-

tros, é só para constar.” Delicadeza dele, porque não precisava fazer isso. Ninguém mais declara guerra, ataca-se quem se quer, e há o maior desprezo pelo Direito Internacional, que há muito já não vinha sendo acatado. Agora, nem se reclama mais, já virou moda. Desde o Kosovo, em que houve uma flagrante violação de qualquer norma de Direito Internacional, não há preocupação com isso.

Portanto, maior desprestígio da ONU, se é possível, e, por último, uma intensificação das guerras reticulares, que têm uma característica própria: a ação bélica cibernética é, por definição, uma guerra reticular, de redes, que cria todo um universo diferente, porque a rede obriga ou leva ao surgimento de heterarquias ou de panarquias, ou até de acefalarquias, em que a unidade da ação é dada por uma ideologia. Estou falando da guerra cibernética, mas o mesmo se

*Hegel,
após a vitória
napoleônica
em Iena,
em 1806,
disse que era
o fim da História.*

pode dizer da guerra terrorista. É por isso que fica muito difícil lutar contra uma rede. Na verdade, uma hierarquia não vai conseguir enfrentar uma rede. A hierarquia terá de criar uma rede sua para enfrentar a rede inimiga. Isso é muito visível na área cibernética, mas acho que também na terrorista. É interessante notar que a grande crítica que está se fazendo dentro dos EUA (e que, por uma série de razões, não vamos aqui discutir) é que os serviços de inteligência norte-americanos ficaram proibidos de atuar com elementos terroristas. Não se podia recrutar um terrorista para ser agente. Ou seja, eles ficaram privados dos instrumen-

tos que o inimigo usava; agora, isso está sendo abandonado. Confirmando o que eu disse, está se criando uma rede para lutar contra outra rede. É uma hierarquia que cria uma rede.

Quais são as conseqüências para os EUA do ataque terrorista de 11 de setembro?

Primeiro, esse ataque – e o mesmo acontece na guerra cibernética – tem um objetivo epistemológico, porque levou a população norte-americana, o povo norte-americano, a questionar os seus próprios valores. Isso é muito sério. Não estou minimizando a tragédia da perda de mais de seis mil pessoas (o prejuízo material se recupera), mas questionar os valores de uma sociedade como a norte-americana é algo extremamente sério e abalou o povo estadunidense.

Segundo, os problemas decorrentes de uma guerra intensamente assimétrica são uma das grandes dificuldades que os EUA estão enfrentando agora. Ter todo aquele arsenal fabuloso para lutar contra os afe-gãos, armados, no máximo, com foguete que atira do ombro, é mais difícil do que pode parecer.

Terceiro, as dificuldades de se manter uma coalizão heterogênea em termos de durabilidade, de contaminação e de incompatibilidade. Hoje, ainda no início das ações bélicas, isso está sendo visto, e tenderá a se agravar.

E, por último, guerra entre aspas, porque isso não é uma guerra – não se combate, vive-se essa guerra. Para uma população como a norte-americana, isso é algo muito sério e vai ter conseqüências. Na medida em que se está vivendo essa guerra,

todo o comportamento vai ser condicionado por essa circunstância. E pode acabar sobrando para nós.

Vejam as mudanças na postura internacional dos EUA.

Em primeiro lugar, a conduta predominantemente unilateral, apenas com uso circunstancial de mecanismos multilaterais como ONU, TIAR e OTAN. Citei o TIAR porque foi uma iniciativa nossa. Não vou entrar em detalhes, mas apenas registrar que foi uma iniciativa profissional do Itamaraty, e não uma iniciativa do escalão político do Governo. Ao contrário do que pode parecer – afinal de contas, o TIAR estava morto, só tinham esquecido de avisar –, foi uma manobra diplomática muito inteligente. A OTAN foi chamada apenas para facilitar aspectos logísticos para as forças norte-americanas.

Segundo, a truculência retórica inicial, depois seguida de uma ponderação pragmática em que o Secretário de Estado, General Colin Powell, teve uma atuação importante. Essa truculência retórica é explicável, não só pelo estilo pessoal do presidente como pelo trauma causado pelos atentados. Só que o que foi dito está sendo mantido; não há três posições, só há duas: ou estão comigo ou estão com os terroristas. Mantida esta situação, as implicações são muito sérias para o relacionamento internacional, fora do contexto terrorista ou bélico. Isso pode se aplicar, também, ao contexto econômico-comercial.

Também muito relevante foi a declaração do Presidente Bush de que os EUA vão apoiar, o que vale dizer vão criar, formalmente, o Estado Palestino. É a primeira

vez que um presidente dos EUA diz isso, causando uma reação duríssima do Primeiro-Ministro de Israel, Sharon, que foi imediatamente repelida pelo Governo dos EUA. Não sei como isso vai se efetivar, porque, afinal de contas, o *lobby* israelense é muito poderoso, continua a ser muito poderoso. A reação do Sharon foi, pelo menos, pouco inteligente.

Por último, o anúncio de que os EUA finalmente vão pagar uma parte da dívida crônica que têm com a ONU. Eu coloco isso aqui para demonstrar como os EUA vêm se comportando há décadas, muito antes do fim da Guerra Fria, com razoável desprezo pela ONU. Não vamos tratar de tudo isso; o que quero, basicamente, é indicar que, de forma geral, os organismos internacionais, ao contrário do que dizem as suas cartas de constituição, não passam de instrumentos auxiliares de política externa dos centros de poder. Essa é a realidade. Vou me deter nos mecanismos multilaterais, porque aí já começamos a entrar propriamente no tema que nos interessa. A lista é longa e apenas exemplificativa; não vamos tratar de cada um deles aqui. Alguns desses organismos fazem o que dizem que vão fazer: são bons e devem ser estimulados; outros, a grande maioria, infelizmente, não serve para os objetivos dos países que não têm poder nacional capaz de violar as normas e as regras. O FMI, por exemplo; não é uma questão ideológica, mas é evidente que o FMI desempenha a função do que havia antigamente no sistema rural brasileiro: a “venda”. O proprietário da terra tinha os seus colonos, que eram meeiros, mas todos eles tinham que comprar as coi-

sas na “venda”, com o que eles ficavam permanentemente endividados. O FMI funciona mais ou menos da mesma maneira; são fórmulas que não resolvem o problema, mas o país fica atrelado a esse sistema.

Falemos das entidades e mecanismos multilaterais: o tratado de não-proliferação nuclear, sem dúvida, é um desses acordos lesivos. Durante mais de 20 anos nós nos negamos a aderir ao TNP. Sem que houvesse qualquer fato novo no mundo, o Governo brasileiro mandou fazer a adesão em 1997 e, em 1998, o procedimento foi aprovado pelo Congresso Nacional.

Houve uma intensa pressão para que todos os países do mundo assinassem o TNP. Agora, pergunto aos senhores: qual é o risco de proliferação nuclear que oferecia Fiji, ou Granada, ou Tonga? No entanto, todos foram induzidos, ou pressionados, ou convencidos a assinar o Tratado. Por que? Porque o TNP é o primeiro tratado que consagra ou busca consagrar a desigualdade jurídica dos Estados. Nele se diz que alguns Estados podem tudo; outros não podem sequer aspirar a ter determinado conhecimento. É isso que o TNP faz. Por isso ele é altamente nocivo ao interesse nacional brasileiro. É o único tratado que não tem a cláusula de renúncia que todo tratado tem. Com aviso prévio – conforme o contexto, de 6 meses, 1 ano, por exemplo – faz-se a denúncia, diz-se: não quero mais ser membro. No TNP, não. Nele há uma cláusula esquisitíssima, que diz que só poderá sair do Tratado o país que provar que permanecer nele causará prejuízos enormes à segurança nacional. Provar a quem? Provar como? Ou seja, não há cláusula de denúncia.

Analiseemos o regime de controle de tecnologia de mísseis (MTCR). Era dito, antes, que nós precisávamos aderir ao TNP porque, se o fizéssemos, iriam suspender todas as restrições impostas ao Brasil pelo MTCR. Nós aderimos e as restrições continuam. O COCOM não existe mais, mas há vários mecanismos ainda sem nome que substituíram aquele, criado durante a Guerra Fria, supostamente para impedir a transferência de tecnologias de ponta para o bloco soviético. Em nome do COCOM, nós, Brasil, fomos sancionados, fomos punidos várias vezes. Eu mesmo, uma vez, fui convocado à chancelaria do país onde servia, que era membro do COCOM, para ouvir apenas a comunicação de que nós íamos sofrer sanções comerciais porque tínhamos violado normas do COCOM. “Mas nós não somos membros do COCOM”, argumentei. “Não, vocês não são.” “Pois é, nós até já quisemos entrar para o COCOM.” “Não, vocês não podem, porque vocês não aderiram ao TNP.” “E não sabemos quais são as normas do COCOM.” “Não, não sabem porque o Brasil não é membro do COCOM, mas está obrigado a cumprir as normas.” E assim ocorreu, várias vezes. O país não pode ser membro, não pode ler as normas, mas as violou mesmo sem saber quais são. É uma situação kafkiana. Essa é a realidade do poder.

*“A arma nuclear,
mais do que
o aumento exponencial
do valor da
expressão militar,
eleva o poder nacional
a nível que assegura
respeito mundial,
afiaça a auto-estima
interna e viabiliza a
participação ativa
no relacionamento
internacional.”*

O Grupo Austrália também não existe mais, porque deu origem à Convenção e depois à Organização para a Prevenção das Armas Químicas. Aqui, há algo muito engraçado. A convenção foi celebrada por grande pressão dos EUA, com argumentos humanitários etc.; os EUA assinaram, mas são o único país que após sua assinatura condicionada por duas exceções fundamentais: não se permitem inspeções em

território norte-americano nem investigação de produtos químicos originais norte-americanos.

Voltemos ao TNP.

Por que – além daquele aspecto jurídico a que me referi – era importante não aderir ao TNP? Com a adesão, não temos a possibilidade da capacitação nuclear. E por que ela é importante? Os senhores sabem, melhor do que eu, que “o poderio militar não é a medida última do poderio nacional, mas sim um componente indispensável no seu conjunto”. Em segundo lugar, “a arma nuclear, mais do que o aumento exponencial do valor da expressão militar, eleva o poder nacional a nível que assegura respeito mundial, afiaça a auto-estima interna e viabiliza a participação ativa no relacionamento internacional”. Só que não sou eu que estou dizendo isso, não. Quem disse isso foi o primeiro-ministro da Índia depois das cinco explosões nucleares indianas. E na época se disse que a Índia ia sofrer terríveis sanções dos

derio nacional, mas sim um componente indispensável no seu conjunto”. Em segundo lugar, “a arma nuclear, mais do que o aumento exponencial do valor da expressão militar, eleva o poder nacional a nível que assegura respeito mundial, afiaça a auto-estima interna e viabiliza a participação ativa no relacionamento internacional”. Só que não sou eu que estou dizendo isso, não. Quem disse isso foi o primeiro-ministro da Índia depois das cinco explosões nucleares indianas. E na época se disse que a Índia ia sofrer terríveis sanções dos

EUA, e o Paquistão também. Foram, teoricamente, aplicadas sanções; na prática, porém, a única consequência para a Índia foi uma visita do Presidente Clinton, primeiro presidente dos EUA a visitar aquele país em 22 anos. Por que? Porque ela passou para outro patamar no relacionamento internacional, graças à sua capacidade nuclear. E a Índia fez isso dando um excelente exemplo a muita gente, inclusive a nós, do que é a perseverança na busca de um objetivo nacional. O programa nuclear indiano não foi conduzido pelos militares; os militares indianos estavam de acordo, mas quem conduziu o programa foram políticos indianos – dos dois grandes partidos que se alternaram no poder – e cientistas, com apoio das Forças Armadas. Oxalá nós tivéssemos feito o mesmo.

Chegamos então ao nosso acordo sobre o Centro de Lançamento de Alcântara. Foi assinado, em 18 de abril de 2000, pelo Ministro de Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardemberg, e pelo Embaixador dos EUA – assinado por troca de notas, sem qualquer estardalhaço. O MRE, institucionalmente, não participou da negociação, como também o Ministério da Defesa, diga-se de passagem. O acordo está pendente de ratificação pelo Congresso Nacional, ainda se encontra na Câmara e, graças ao esforço de muita gente, conseguiu-se sensibilizar os deputados. Como ainda está na Câmara, não se sabe o êxito que terá essa ação no Senado. Isso foi tentado no caso do TNP. Mas era mais difícil explicar porque o TNP era nocivo. No caso do acordo sobre o CLA foi bem mais fácil e houve êxito nesse esforço, a tal ponto que o Governo se con-

venceu de que ia perder. Mesmo assim, ministros publicaram artigos em jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo defendendo o acordo. As defesas são pouco convincentes. A argumentação é, no mínimo, estranha.

Vou destacar algumas das cláusulas lesivas ao Brasil. Eu li o acordo todo, tenho comigo o texto integral. Aliás, diga-se de passagem, há uma versão, que eu não aceito como verdadeira, de que a iniciativa desse acordo é nossa. Segundo essa versão, foi o Brasil que, a duras penas, convenceu os EUA a assinarem esse acordo. Mas é estranho que o texto em português, que seria supostamente o texto original, está redigido de tal forma que revela tratar-se de uma tradução, malfeita, de um texto em inglês. Ora, se tivéssemos sido nós a apresentarmos a proposta, teríamos entregue um texto em inglês e depois o traduzido? Não me convence.

Seja como for, pelo texto assinado proíbe-se o acesso de brasileiros ao CLA, quando em uso pelos EUA, sem credenciamento pelos norte-americanos. O próprio diretor do CLA só poderia entrar lá se os norte-americanos lhe dessem um crachá.

Por outro artigo, é proibido ao Brasil utilizar o dinheiro auferido com esse aluguel em qualquer atividade relacionada com mísseis, ogivas, satélites etc. Então, pergunto o seguinte: o acordo – e isso foi dito e repetido, inclusive pelo Ministro Sardemberg – não é um acordo de transferência de tecnologia, certo? É um acordo de salvaguarda da tecnologia norte-americana, é verdade. Mas, então, por que o dinheiro que será auferido com esse

aluguel não pode ser aplicado no que quiserem as autoridades brasileiras? Que tem isso a ver com salvaguarda? Nada a ver.

Um terceiro ponto: é proibida a vistoria, por qualquer autoridade brasileira, da entrada e saída dos contêineres norte-americanos. Eles entram fechados e saem fechados, e só os norte-americanos podem abri-los.

É proibido o acordo com outros países para o uso do CLA sem anuência, por escrito, dos EUA.

E, por último, o lucro estimado pelo Ministro Sardemberg é de 30 milhões de dólares anuais. Depois, ele aumentou essa cifra, falou em 50 ou 60. Seja lá quanto for, a indicação desse lucro foi feita no início do mês de março. Pois bem, no dia 15 de março, em poucas horas, o Banco Central gastou 35 milhões para segurar a cotação do dólar comercial. Pouco depois, gastou mais de 1 bilhão. Então, 30 milhões não representam dinheiro para o Brasil. Mas, ainda que fossem 30 bilhões de dólares, acho que é pouco pela dignidade e pela soberania nacionais.

Quais são as vantagens desse acordo para o Brasil? Segundo o Ministro Sardemberg, auferir 30 milhões de dólares por ano e manter o CLA em atividade. Quer isso dizer que sem esses 30 milhões de dólares o CLA não pode operar, vai parar? E nós não temos 30 milhões de dólares para manter o CLA em atividade? Não acredito.

Quais são as vantagens para os EUA? Eles não precisam de Alcântara. Do ponto de vista técnico, a vantagem de se lançar de Alcântara, comparando com o lançamen-

to efetuado do Cabo Kennedy, é de cerca de 10% no custo do lançamento. Mas, e o custo para trazer tudo isso até Alcântara? Acaba comendo essa vantagem dos 10%, que, de qualquer modo, não chegaria a fazer moessa para o programa espacial norte-americano. Ou seja, eles não precisam do CLA. Entretanto, com o texto assinado, eles podem impedir acordos do Brasil com outros países, os quais são, efetivamente, clientes em potencial. Nós já estávamos em conversações com vários outros países, e tenho uma forte desconfiança de que por

*É por isso
que o CLA
é bom
para os EUA
e péssimo
para o Brasil.*

isso surgiu esse acordo: para inibir ainda mais o desenvolvimento das tecnologias relacionadas com a utilização comercial do espaço no Brasil. É por isso que o CLA é bom para os EUA e, eu o considero, péssimo para o Brasil.

Nesse contexto todo, vale a pena mencionar as ONGs, das quais a mais antiga e mais respeitável é conhecida de todo mundo – a Cruz Vermelha. Eu quase diria que é a única que realmente continua a fazer aquilo a que se propôs quando foi criada. As outras são meio esquisitas. Em primeiro lugar, porque, de forma geral, a finalidade declarada não corresponde aos reais objetivos. Note-se que as campanhas das ONGs dependem das conveniências dos CPEs. Só para dar um exemplo recente: não vi campanha alguma de ONG contra a mudança da matriz energética no Brasil, em que se vai substituir a proporção fantástica que tínhamos de produção hidrelétrica, que não é poluente, por produção a gás, térmica, que é altamente poluente. No entanto, não houve uma ONG

reclamando disso. Claro! A quem interessa essa mudança da matriz energética? A quem é dono do gás. Quem é dono do gás no Sudoeste da Bolívia, Noroeste da Argentina e Sul do Peru? Não são Argentina, Bolívia e Peru, e muito menos o Brasil. Por isso é que nós fomos levados a essa crise energética. Não acredito que tenha acontecido por incompetência do Governo, o que, por si só, já seria algo muito sério.

Observem que as 22 maiores ONGs internacionais recebem, em média, 40% de sua receita (estamos falando de centenas de milhões de dólares por ano) de fontes governamentais). A OXFAM, por exemplo, inglesa, que é muito conhecida, recebe 60% de sua receita do Tesouro britânico. Então, que não-governamental é essa?

A proliferação das ONGs também leva a certas desconfiças. Em 1956, havia, em números redondos, mil. No fim da Guerra Fria, 18 mil; em 1998, já subiu para 32 mil. Só as internacionais. As nacionais, “brasileiras”, em 1998 recebiam 83% da receita de agências internacionais. É difícil acreditar que isso seja brasileiro. Uma ONG assim não pode ser brasileira.

As ONGs invocam causas nobres. Como o nome indica, são causas em si nobres, tudo depende do uso que se faz delas. Usam-se também novas idéias, como o selo verde e as medidas *antidumping* social, que são barreiras não-tarifárias ao comércio internacional. Nós já fomos castigados com esse *antidumping* social. Existem ainda aquelas idéias que visam, todas elas, a mais ou menos solapar a autoridade e a independência do Estado-nação, desde soberania limitada até tentativa de um novo

papel para as Forças Armadas, o que equivale a desvirtuá-las inteiramente.

De uns anos para cá, temos ouvido, com muita freqüência, a frase “em nome da comunidade internacional”. Frase que é usada, repetida, e tão repetida que as pessoas começam a acreditar que é verdade. Que comunidade internacional é essa? Não é ONU, não. Mas, nos tempos recentes, todas as ações militares são empreendidas “em nome da comunidade internacional”. Só que ninguém nos perguntou coisa alguma. A repetição fez a frase criar vezes de verdade evangélica.

E tudo isso é aplicado com dois pesos e duas medidas. Intervém-se no Kosovo, porque, evidentemente, era preciso desmembrar a Iugoslávia. Mas a Irlanda do Norte é considerada um problema interno do Reino Unido, ninguém tem nada com isso. Com Israel e Palestina, até agora, ninguém se metia. Com a Chechênia também não. Defendem-se as minorias étnicas no Kosovo e na Macedônia. Por que não são defendidas na Chechênia? Porque aí “a barra é mais pesada”.

Cito aqui a Sra. Madeleine Albright – ela não é mais Secretária de Estado – porque o que ela diz – não é novidade, Richelieu já tinha dito isso, Lorde Palmerston o disse, de maneira mais elegante, mas todos disseram a mesma coisa – é o seguinte: “É claro que nem o Direito (Internacional) nem a opinião pública mundial podem forçar nações a agir contra seus próprios interesses principais. (...) Obviamente, os acordos não eliminam a necessidade de Forças Armadas poderosas, capazes de servir como dissuasão (...)” O importante

é que essa filosofia continua em vigor no atual Governo norte-americano, porque essas linhas de ação nos EUA independem do partido no poder. Independem de quem é o presidente, o que muda é o estilo. Ou seja, o Presidente George W. Bush é um pouco mais explícito, um pouco menos “enrolador” do que Bill Clinton, mas a diretriz é a mesma: o que vale é a força. Infelizmente, isso significa abandonar-se a coerência e a confiabilidade que advêm do Direito Internacional pelo oportunismo dos poderosos e pela insegurança dos que não têm poder. Os EUA têm se comportado de maneira a repetir aquela frase de *A Revolução dos Bichos (Animal Farm)*, de George Orwell: “Todo mundo é igual, só que uns são mais iguais do que os outros.”

Então, vejamos algumas características do comportamento internacional dos EUA. Como disse antes, eles anunciaram que vão pagar uma parte de sua dívida com a ONU, inclusive para custeio de Forças de Paz, mas não admitem subordinar tropas norte-americanas ao comando exercido em nome das Nações Unidas, se for exercido por militar de outro país. Não assinaram o Tratado Abrangente de Proscrição de Testes Nucleares. Assinaram a Convenção de Prevenção de Armas Químicas, mas não admitem inspeções em território norte-americano nem análise de amostras de produtos seus por outros países. E há mais. Justificam continuar a pesquisa em armas químicas e biológicas com a seguinte explicação: nós precisamos saber como outros poderiam chegar a ter determinada arma para impedir que a tenham. Exigiram exceções para aderir ao

Tratado da Proibição de Minas Terrestres, não reconhecem a jurisdição de tribunais internacionais em relação a seus cidadãos, mas aplicam a jurisdição do seu tribunal a cidadãos de outros países. Não quero defender o meliante em questão, mas é uma questão de Direito Internacional. Há anos atrás eles capturaram um mexicano – cidadão mexicano – num terceiro país, e levaram para os EUA, para julgá-lo por um crime cometido fora do território norte-americano. O advogado de defesa foi para a Suprema Corte dizendo que não tinha cabimento e que as cortes norte-americanas não tinham jurisdição no caso. A Suprema Corte disse que tinham. E acabou.

O que a “doutrina Bush” busca no que vimos até agora? São frases já usadas pelo próprio presidente dos EUA. Primeiro, os EUA não são apenas um ator internacional e sim a potência dominante no mundo, mais predominante que qualquer outra desde Roma. Conseqüentemente, estão em condição de reformular as normas, modificar as expectativas, e criar novas realidades através de demonstrações inequívocas e categóricas de vontade. O lema é “fazermos para atender a nós mesmos”. Nada disso é novo; a realidade do relacionamento internacional é essa. Mas nunca isso foi dito de forma tão clara, tão brutal. Alguns sinais disso, desde o início da administração Bush, são a implementação do Programa de Defesa Anti-Mísseis que, obviamente, viola o Tratado da ABN. Viola, e daí? Tratado não serve mais quando contrariar interesse dos EUA. E o que dizer do repúdio unilateral do Protocolo de Kioto? Os demais países vão se queixar a quem?

Nesse contexto, só para mostrar as dificuldades com que nos defrontamos, vejamos rapidamente certas características da ação diplomática, através das modalidades da diplomacia. A diplomacia bilateral é a única forma autêntica de diplomacia. Pode-se negociar A com B, A com C, A com D, eventualmente juntar A B C D, sem que isso seja diplomacia multilateral. Diplomacia multilateral é, de certa forma, uma deturpação da verdadeira diplomacia, decorrência da proliferação de organismos internacionais a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Isso é extremamente perigoso, porque nessa diplomacia multilateral, a não ser em alguns países que são centros de poder, perde-se a visão do interesse nacional e começa-se a raciocinar em termos do organismo apenas. E através dessa diplomacia multilateral reforça-se o papel dos organismos internacionais como braços auxiliares da política externa dos centros de poder. O pior de tudo, porém, é a chamada diplomacia presidencial. Entre aspas, porque é claro que isso não é diplomacia.

Quais são os seus principais aspectos negativos? Vou apontar alguns.

Primeiro, perde-se a etapa intermediária de negociação que é o diplomata, que é um fusível. Se algo dá errado na negociação, “queima-se” o diplomata. Mas se é o chefe de Estado ou chefe de Governo que está diretamente engajado na negociação, não se pode “queimá-lo”.

Banaliza-se a mais alta instância de diálogo entre os Estados. Algumas vezes, em negociação que ficou emperrada, por exemplo, precisa-se realmente elevá-la para o nível de chefe de Estado ou de Governo.

Mas quando se vê chefes de Estado discutindo quotas de importação de automóvel é absurdo! De fato, barateou-se muito essa instância.

É natural que o chefe de Estado desconheça normas, praxes, antecedentes das relações internacionais, porque ele não é um diplomata profissional. Ele não tem obrigação de saber isso e, ao não saber, comete gafes. A gafe cometida por um chefe de Estado é grave, produz consequências. Há vários exemplos disso, recentes.

É também natural que o chefe político queira o êxito ostensivo. Ele quer voltar de uma reunião, de uma negociação, e dizer: “Eu ganhei. Eu sou melhor do que o outro.” O diplomata não. A vitória diplomática, primeiro, é silenciosa; segundo, normalmente, é aquela em que os dois lados ganham. Um ganha mais do que o outro, mas os dois ganham, ninguém deve sair inteiramente derrotado. Então, esta é mais uma razão por que a diplomacia presidencial é nociva para o relacionamento internacional.

Misturam-se, inevitavelmente, objetivos nacionais com objetivos de governo, dos dois lados. Tem-se muito maior dificuldade, para não dizer impossibilidade, de obter o apoio da oposição, porque essa ação é vista não como uma ação de interesse do Estado e sim de interesse do Governo.

Cria-se uma ilusão de política externa. A atuação de chefes de Estado gera manchete em jornal, ocupa noticiário na televisão. Mas isso é apenas figuração, carece de substância, de durabilidade.

E, por último, compromete-se a coerência, a continuidade da ação diplomática. A política externa e a ação diplomática que a

executa são, necessariamente, de longo prazo. A política externa ultrapassa cada mandato governamental, pois ela é do Estado e não é desse ou daquele governo. Quando o chefe de Estado se apropria pessoalmente da ação diplomática, ele a reduz a ação de governo.

Há dois aspectos positivos. O primeiro, como já mencionei há pouco, se dá quando surge uma trava burocrática, que se precisa superar. É, por exemplo, quando um outro ministério não aceita o que foi negociado no nível de Ministérios de Relações Exteriores; aí se recorre aos chefes de Estado. O segundo é quando tudo deu certo na negociação, mas sabe-se que, devido à importância que normalmente se atribui a acordos entre chefes de Estado, o trabalho realizado gerará mais frutos. Não se trata de “dar palanque” para os chefes de Estado, mas apenas utilizar o valor simbólico da figura do chefe de Estado. Não considero que isso seja diplomacia presidencial. Isso é, na verdade, o uso legítimo e correto da função do primeiro mandatário para um objetivo de política externa que foi atingido pelo escalão profissional da diplomacia.

Antes de terminar, vamos falar um pouco de Brasil. Infelizmente, o quadro não é bom, a julgar pela atuação recente do Brasil nos últimos anos. Se utilizarmos as principais condicionantes subjacentes, chegase ao atual posicionamento geopolítico e geoestratégico do País, nada auspicioso. Há muitos anos não temos um verdadeiro plano nacional de governo, não temos política externa. Não há conceito diretor de política externa e apenas reagimos diante de fatos. Às vezes, até se tenta fazer de conta

que não aconteceu nada. Relutamos, continuamos relutando, em assumir esse papel de liderança efetiva que é indispensável para formar-se uma potência ascendente, tendo o Brasil como país núcleo. Isso não é megalomania. Isso é uma necessidade cada vez maior. Nós não podemos, sozinhos, pretender atuar efetivamente no contexto da globalização. Temos que juntar o resto da América do Sul. Esse papel é pedido por nossos vizinhos, é querido por nossos vizinhos. Se não o fazemos, é unicamente por culpa nossa.

Estamos comprometendo a nossa integridade territorial e a nossa soberania, inclusive com esses acordos como o TNP e o CLA. Veja-se a deterioração das nossas instituições civis e militares, o descalabro a que se assiste no Congresso Nacional... Obviamente, tudo isso constitui uma vulnerabilidade enorme do Poder Nacional. Há um descrédito crescente da classe dirigente e da mídia. A deturpação dos valores éticos, cívicos, familiares, criou o que chamo de ética da corrupção. Por quê? Porque ética, ao contrário do que comumente se pensa, não é um conjunto de normas boas, mas sim o conjunto de normas consagradas pela sociedade, e a sociedade brasileira vem demonstrando uma aceitação da corrupção. Só acontece uma gritaria quando a corrupção chega a exageros, mas é considerado normal que haja corrupção.

Estamos perdendo a corrida no campo tecnológico. Temos o pior nível educacional entre os principais países latino-americanos. O ensino primário do Uruguai, por exemplo, é muito melhor do que o ensino primário (público) no Brasil.

Impomos, por incrível que pareça, barreiras alfandegárias à entrada de produtos para pesquisa. Apenas 15% dos matriculados em curso superior terminam a faculdade. Há uma fuga de cérebros para as universidades e centros de pesquisa do Primeiro Mundo, porque no Brasil não há emprego compensador nesses setores. Na década de 1990, mudamos o perfil das nossas exportações; caiu a exportação de manufaturados e aumentou a de matérias-primas. Há até quem diga que estamos “africanizando” o comércio exterior brasileiro. Em cima disso tudo, veio o famoso programa de desestatização, que eu considero de desnacionalização. Quais são os principais prejuízos? Temos um programa de desestatização com uma política de juros internos altíssimos, o que impede os grupos brasileiros de competirem, enquanto os grupos estrangeiros levantam empréstimos lá fora a juros mais baixos. Temos um fator negativo para o balanço de pagamentos, porque a remessa de lucros vai incidir sobre o balanço de pagamentos, sem falar do pagamento do pessoal estrangeiro. Multiplicamos a vulnerabilidade externa, desestabilizamos a macroeconomia, estamos dismantando o setor produtivo nacional, comprometendo a soberania nacional, agravando os problemas sociais, porque não é só aquele segmento do pessoal que era considerado um inchaço da empresa estatal que é posto na rua. Isso é um fato. Não é dedução nem hipótese, é um fato. Essas empresas estrangeiras que compraram empresas nossas, mais ou menos durante o primeiro ano mantêm técnicos, engenheiros, espe-

cialistas brasileiros e, aos poucos, vão substituindo por gente que vem do país deles. Isso atinge uma faixa de 40 anos para mais de idade. Esse pessoal não vai ter mais emprego. Então, está-se piorando o problema social, é mais um dano que se causa à classe média que, como todo mundo sabe, é a base de sustentação de qualquer sistema democrático. Por isso, há uma deterioração político-institucional. A participação percentual do capital estrangeiro é diversificada, mas quero ressaltar apenas a tendência continuamente crescente, de 1995 a 1999. Em alguns casos, como na venda das grandes empresas, o total já ultrapassou 45%, em 1999; em termos de ativos do sistema bancário, já se tem um quarto do total na mão de empresas estrangeiras. Notem que a maioria dessas empresas comprou setores de serviço, em que não se cria riqueza; vende-se um serviço para a população brasileira, recebe-se o lucro, converte-se em divisas e manda-se embora. E quem está pagando isso somos nós. Não aumentou a riqueza do Brasil. Esse dinheiro não fica aqui.

Mesmo assim, temos fatores positivos, a começar pelas características físicas de nosso País e pelas qualidades próprias do povo brasileiro. Podemos reverter o quadro negativo com que nos deparamos. No âmbito das relações internacionais, o nosso Itamaraty continua tendo muita gente boa, muita gente competente. É só os deixarem atuar, não os impedindo de trabalhar com decisões políticas, como as que assinalei, que julgo absolutamente erradas e nocivas ao interesse nacional brasileiro.

